

Alírio Ferreira Mendes Junior é Engenheiro Civil, Engenheiro Ambiental e Engenheiro de Segurança do Trabalho com especialização em georreferenciamento de imóveis rurais, nascido em Sete Lagoas - Minas Gerais, sempre atuou ativamente em favor dos profissionais, foi presidente e diretor de diversas associações e entidades ligadas a classe.

Possui experiência como consultor ambiental, perito de obras, construtor e em empreendimentos diversos, intercalando sua atuação profissional a paixão pela engenharia e defesa e busca de melhorias para a categoria.

A sua candidatura ao Conselho Federal sem ter sido presidente de Crea – como sempre ocorreu nas últimas eleições – vem exatamente ao encontro dessa lógica, de unificar a experiência de quem conhece os bastidores do sistema com a liberdade necessária que um Presidente precisa ter para realizar as alterações necessárias.

Juntos atualizaremos o sistema Confea/Crea/Mútua para que a sociedade fique cada vez mais protegida e os profissionais que os sustentam sejam mais valorizados e capacitados para exercer a profissão, seguem algumas propostas:

- 1 – Articulação intensiva junto ao Congresso Nacional para discutir a legislação desatualizada que o Sistema apresenta, com uma eficaz atualização;
- 2 – Promover o aprimoramento da Fiscalização especializada para atender as mais diversas modalidades do sistema;
- 3 – Inclusão dos Programas Crea's Jr's, Programa Mulher dentre outros, junto a nova legislação, o que possibilitará uma inserção real e participativa nos Conselhos;
- 4 – Revisão de todas as Resoluções e Normas Técnicas do Conselho, readequando a fiscalização, intensificando-as ao LEIGO,
- 5 – Vultoso debate nacional online, acerca das taxas e anuidades do Conselho, avaliando as possibilidades de redução dos valores e da gestão do Confea
- 6 – Articulação junto ao Congresso Nacional e ao MEC visando uma legislação específica para as grades curriculares dos cursos de Engenharia, Agronomia e Geociências no Brasil, garantindo que os Conselhos participem das atualizações e aprovações.
- 7 – Intensificar de forma profissional (contratação específica de especialista) as relações internacionais da Engenharia Brasileira com outros países;
- 8 – Criar mecanismo que reduza a interferência do Conselho Federal junto aos Conselhos Regionais, visando mais autonomia aos presidentes regionais, escolhidos democraticamente pelos profissionais em cada estado;
- 9 - Trabalhar intensamente para devolver o protagonismo da Engenharia no Brasil, garantindo a participação de profissionais nos debates relevantes;
- 10 – Criar programas de capacitação e valorização profissional;
- 11 – Garantir a transparência na atuação de todos Conselheiros Federais e Regionais, apresentando para a categoria a atuação de fato de seus representantes.